



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0007254-19.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo**
 Requerente: **MARIA MONTEMOR SILVA- desacompanhado(a) de advogado.**
 Requerido: **Scw Telecom Ltda - Representado(a) pelo proprietária Sr(a). SANDRA MARIA LONGUINI TORINO – RG. 7.969.813-X - Desacompanhado de advogado.**

Aos 06 de setembro de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$ 69,90**, em **uma única parcela**, vencendo em **09/09/2016**. O pagamento será efetuado diretamente na conta corrente do marido da autora, **Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agência 4910 Conta Poupança (013) 00002106-7 – CPF: 030.767.808-32**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Bem como as partes, em comum acordo, requerem o cancelamento do protesto. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Torno definitiva a decisão de fls. 20. OFICIE-SE, devendo consta que a requerente é beneficiária de assistência judiciária. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. Eu, Moacir Marques Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

MM Juiz:

Requerente(s):

Requerido(s):(Proprietária)

Conciliador: o juízo